UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tailana Alves Winck

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS INDIVÍDUOS QUE COMPÕEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO CRUZ ALTA, RS

Cruz Alta, RS
2018

Tailana Alves Winck

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS INDIVÍDUOS QUE COMPÕEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO DE CRUZ ALTA, RS

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental.**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Romeu Moreira Machado

Cruz Alta, RS
2018

Tailana Alves Winck

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS INDIVÍDUOS QUE COMPÕEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO DE CRUZ ALTA, RS

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Ambiental (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental.**

Aprovado em 1° de dezembro de 2018:

_____

Dr. Paulo Romeu Moreira Machado
(Presidente/Orientador)

_____

Dr. Paulo Edelvar Corrêa Peres (UFSM)

_____

Dr. Mário Luiz Trevisan (UFSM)

Cruz Alta, RS
2018

RESUMO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS INDIVÍDUOS QUE COMPÕEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO DE CRUZ ALTA, RS

AUTORA: Tailana Alves Winck
ORIENTADOR: Paulo Romeu Moreira Machado

Resumo: Este trabalho traz como objetivo identificar qual a relação existente entre a educação ambiental e o sistema prisional e se esse ambiente interfere na qualidade de vida dos indivíduos que integram o Presídio Estadual de Cruz Alta. O sistema prisional em âmbito nacional enfrenta muitas dificuldades para cumprir a sua missão de ressocialização das pessoas privadas de liberdade e todas essas dificuldades refletem-se nos presídios gaúchos, onde a superlotação, o desrespeito a direitos básicos dos apenados não conseguem ser garantidos ainda que assegurados pela Legislação. Diante da situação atual nos presídios percebe-se o papel fundamental da Educação Ambiental, onde o profissional de educação ambiental pode ser inserido como ferramenta a recuperar a garantia de direitos básicos aos reclusos, proporcionando soluções práticas, para problemáticas cotidianas que afetam diretamente a qualidade de vida de todos os indivíduos que fazem parte do sistema prisional, garantindo a todos os profissionais que atuam nos presídios um melhor ambiente de trabalho para que possam desempenhar melhor e com mais motivação suas atividades, e aos apenados que sendo-lhes respeitados seus direitos básicos possa-se então cultivar bons hábitos, proporcionar melhores condições para exercer algum tipo de trabalho sustentável, podendo inclusive transformar comportamentos que serão repetidos quando este cumprir sua pena e retornar ao convívio à sociedade. Para aquisição de dados foram aplicados questionários semi estruturados aos reclusos, Agentes Penitenciários, Policiais Militares e aos Agentes de saúde e educação que compõem o Presídio Estadual de Cruz Alta. Identificando no cotidiano dos indivíduos ações que podem vir a influenciar positivamente na qualidade de vida de todos, inclusive fomentando o trabalho em equipe, discussões em grupos de estudos, desafios a mudanças comportamentais e inclusive um folder que reúne os principais objetivos e resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Presídio Estadual de Cruz Alta. Ambiente prisional. Qualidade de vida no cárcere. Educação ambiental.

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND ITS REFLECTIONS ON THE QUALITY OF LIFE INDIVIDUALS COMPOSING THE PENITENTIARYSYSTEM OF CRUZ ALTA, RS

AUTHOR: Tailana Alves Winck
ADVISOR: Paulo Romeu Moreira Machado

Abstract: This study aims to identify the relationship between environmental education and the prison system and whether this environment interferes with the quality of life of the individuals who are part of the Cruz Alta State Prison. The prison system at the national level faces many difficulties in fulfilling its mission of re-socializing the persons deprived of their liberty, and all these difficulties are reflected in the soul of the Brazil prisons, where the overcrowding, the disrespect to basic rights of the prisoners can not be guaranteed even if assured by the Law. Faced with the current situation in prisons, we can see the fundamental role of Environmental Education, where the environmental education professional can be inserted as a tool to recover the guarantee of basic rights for prisoners, providing practical solutions to daily problems that directly affect the quality of life of all individuals who are part of the prison system, guaranteeing to all professionals working in the prisons a better working environment so that they can perform better and with more motivation their activities, and to the grieving that their basic rights being respected can then cultivate good habits, provide better conditions to carry out some type of sustainable work, and may even transform behaviors that will be repeated when the latter fulfills his sentence and returns to society. For the collection of data, semi structured questionnaires were applied to prisoners, prison agents, military police officers and the health and education agents that make up the Cruz Alta State Prison. It is possible with the accomplishment of the work, identifying in the daily of the individuals actions that can influence positively in the quality of life of all, including fomenting the work in team, discussions in groups of studies, challenges to behavioral changes and even a folder that the main objectives and results of the research.

Keywords: Cruz Alta State Prison. Prison environment. Quality of life in prison. Environmental education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Forma de participação do indivíduo no Sistema Prisional 27
Figura 2 - Tempo de inserção no Sistema Prisional 28
Figura 3 - Atribuição de nota a qualidade de vida quando está inserido no sistema prisional 30
Figura 4 - Fatores que influenciam a má qualidade de vida dentro do sistema prisional – Análise das respostas dos Profissionais que desempenham atividades no PECA 33
Figura 5 - Fatores que influenciam a má qualidade de vida dentro do sistema prisional – Análise das respostas dos reeducandos entrevistados 34
Figura 6 - Ilustração do processo de descarte incorreto de resíduos sólidos 35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de qualidade de vida 29
Quadro 2 - Participação ou observação de práticas voltadas a melhoria de condições de vida 31
Quadro 3 - Contribuição individual em práticas ambientais voltadas a melhoria da qualidade de vida coletiva..... 32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sobre pessoas privadas de liberdade no Brasil em Junho de 2016 16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APs	Agentes Penitenciários
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
INFOPEN	Sistema Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execuções Penais Lei n° 7.210 de 11 de julho de 1984
OMS	Organização Mundial de Saúde
PMs	Policiais Militares
PNMA	Plano Nacional do Meio Ambiente
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 10
1.2 OBJETIVOS..... 12
1.2.1 Objetivo Geral..... 12
1.2.2 Objetivos Específicos..... 12
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... 14
2.1 SISTEMA PRISIONAL..... 14
2.1.1 Sistema Penitenciário Brasileiro..... 15
2.1.2 Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul..... 17
2.2 OS OBSTÁCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE A APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL..... 18
2.3 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA PRISIONAL..... 20
2.3.1 Qualidade de vida dos indivíduos que compõem o sistema penitenciário gaúcho..... 21
3 MATERIAIS E MÉTODOS..... 23
3.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO..... 23
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO..... 23
3.3 TIPO DE PESQUISA..... 23
3.4 QUESTIONÁRIOS..... 24
3.5 COLETA DE DADOS..... 25
3.6 LIMITAÇÃO DA PESQUISA..... 25
4 RESULTADOS..... 26
4.1 RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO..... 26
4.1.1 Questão 1..... 26
4.1.2 Questão 2..... 27
4.1.3 Questão 3..... 28
4.1.4 Questão 4..... 29
4.1.5 Questão 5..... 30
4.1.6 Questão 6..... 31
4.1.7 Questão 7..... 32
4.1.8 Questão 8..... 35
4.1.9 Questão 9..... 36
4.2 SUGESTÕES E MELHORIAS..... 36
5 CONCLUSÃO..... 38
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 39
REFERENCIAS..... 41
APÊNDICE A..... 43
APENDICE B..... 45

1 INTRODUÇÃO

Com os altos índices de violência e criminalidade, há consequentemente o aumento do número de pessoas reclusas. O Brasil ocupa atualmente o 3° lugar no mundo com maior população carcerária, perdendo apenas para Estados Unidos e China. De acordo com o Infopen (Sistema Nacional de Informações Penitenciárias) com referência aos dados prisionais referentes a Junho de 2016, o Brasil conta com aproximadamente 726.712 pessoas reclusas, o que representa um índice de 342 pessoas a cada 100 mil habitantes, média que leva o país ao topo do ranking mundial de pessoas reclusas/número de habitantes, de acordo com as informações do senso carcerário.

De acordo com dados do CNJ (Conselho Nacional de justiça) 95% da população carcerária do país tratam-se de presos do sexo masculino e 5% do sexo feminino, cerca de 40% dos presos são presos provisórios, ou seja, que ainda não possuem condenação, estão aguardando o andamento processual reclusos, 24% possuem condenação provisória, ou seja aqueles que ainda não possuem o trânsito em julgado de suas penas e 35% já cumprem pena definitiva.

Sabe-se que as Instituições Penais têm funções que vão muito além de encarcerar pessoas. Atualmente, diante da crescente criminalidade e violência, as forças públicas acabam voltando seus esforços à construção de novos presídios e criação de vagas em detrimento de outras políticas.

Porém a própria Lei de Execuções Penais (LEP) Lei n° 7.210 de 11 de julho de 1984 traz consigo um desafio ao cenário que se apresenta nos dias atuais, com um caráter de reeducação, ressocialização e reinserção dos reclusos à sociedade que por si só tem sido cada vez mais difícil, além dos direitos básicos, previstos em seu artigo 11, aos detentos de acesso à assistência material, religiosa, à saúde, educacional, material e social que juntas representam a dignidade da pessoa humana de ser colocado em prática, uma vez que o modelo de encarceramento praticado no Brasil atualmente alimenta um ciclo violento que se projeta sobre toda a sociedade, impulsionado por um ambiente degradante em estabelecimentos que não estão preparados para estimular qualquer processo de regeneração ou transformação daqueles que ali estão.

Para interromper este ciclo vicioso identificado no sistema penitenciário, percebe-se que apenas aumentar número de vagas no sistema penal não tem sido solução.

Para tanto, existe a necessidade de inserção de melhores políticas públicas, tomando como um possível princípio o respeito à Constituição Federal Brasileira de 1988, previsto no artigo 5º, inciso XLIX, a qual assegura aos presos o respeito à integridade física e moral. Por oportuno cabe a lembrança de que a dignidade da pessoa humana é um dos princípios básicos da presente Constituição.

Não se pode definir regra à composição do ambiente carcerário, uma vez que esta sofre diversas modificações de acordo com a realidade de cada região. Porém identifica-se que o cenário baseia-se em na presença dos agentes penitenciários, detentos, agentes de saúde e educação. Com a situação atual da globalização, a sociedade em geral tem buscado ativamente um processo de evolução/crescimento, tanto no que tange aos anseios individuais assim como nos anseios coletivos, na busca de garantir uma vida pessoal e profissional que atenda as suas necessidades e expectativas.

Porém este desafio torna-se ainda mais contundente diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado para conseguir manter um sistema prisional com muitas precariedades, com recursos escassos, frente a criminalidade que aumenta dia após dia.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 2014 (OMS) o ambiente não pode ser definido apenas como um item isolado, e sim o somatório de elementos externos que influem nas condições de saúde e qualidade de vida dos indivíduos e comunidades.

Este estudo poderá futuramente servir de fomento à transformação de algum importante fator influenciador negativo à qualidade de vida destes indivíduos podendo trazer benefícios.

Sejam eles o melhor desempenho dos Agentes Penitenciários e Policiais Militares envolvidos e com a missão de estabelecer a segurança, vigilância e a ordem das casas prisionais, proporcionar um ambiente salubre e humano para que os indivíduos encarcerados possam vir a cumprir sua pena de forma ressocializadora e saiam da prisão com valor de transformação, e os agentes do Estado possam trabalhar com mais motivação, segurança e salubridade.

Inseridos neste ambiente os profissionais de segurança das instituições penais, os Agentes Penitenciários, que se apresentam essenciais ao funcionamento do sistema penitenciário, porém tal atividade é cercada de fragilidades e privações ao longo da carreira, como isolamento de sua família, o sentimento de insegurança quanto a sua integridade física e de seus familiares uma vez que mostram diariamente sua face e identidade.

Tendo como objeto de pesquisa o Presídio Estadual de Cruz Alta, localizado na região noroeste do Estado, foi proposto um estudo sobre as condições de vida dos indivíduos inseridos no Presídio de Cruz Alta, uma vez que estas condições podem influenciar diretamente e fomentar transformações de comportamento e culturais, que podem influenciar positivamente na vida de todos os agentes que compõem o sistema penitenciário, partindo de uma observação de legislação em prol da ressocialização; utilizando a educação ambiente como ferramenta eficiente na melhoria das condições de vida destes indivíduos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa visa identificar os possíveis reflexos da educação ambiental na qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Presídio Estadual de Cruz Alta.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil dos indivíduos que compõem o Presídio Estadual de Cruz Alta e qual a percepção destes acerca de qualidade de vida.
- Verificar quais as principais ações ambientais que foram promovidas no estabelecimento ao longo de sua história.
- Relacionar a qualidade de vida dos indivíduos com o ambiente no qual estão inseridos.
- Identificar os principais pontos que estão influenciando negativamente a qualidade de vida dos indivíduos.

- Sugerir propostas de ações que possam melhorar a satisfação, bem-estar, saúde e qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Presídio Estadual de Cruz Alta.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 SISTEMA PRISIONAL

A prisão como pena, têm sofrido transformações ao longo dos anos, porém têm resistido fortemente a sucessão de governantes, críticas a suas franquezas, o freqüente insucesso na sua atual missão de ressocialização de indivíduos, e de acordo com Maurício (2011), ainda na atualidade segue sendo um dos grandes desafios da Administração Pública, a qual encontra muitas dificuldades no que tange a garantia de direitos fundamentais frente a baixa disponibilização de recursos financeiros, materiais e humanos.

Segundo Marinho; Souza (2009) “em suas primeiras manifestações a pena trazia em si um fundamento vinculado aos aspectos do sagrado religioso, sendo entendida como meio para abrandar a ira dos deuses.”

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil ocupa a terceira colocação no ranking mundial em termos absolutos de população prisional com mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade. O ambiente prisional enfrenta diversas carências estruturais, que fazem nascer uma série de outros problemas que dificultam a transformação de caráter e comportamento daqueles que ali estão. A superlotação das casas prisionais, a disseminação de doenças infectocontagiosas, pouca infraestrutura em saneamento básico e engenharia diante da superlotação são alguns fatores que contribuem negativamente a transformação dos indivíduos encarcerados. Ainda o CNJ reforça que “o tratamento digno e com respeito de presos é indício da civilização de uma sociedade e o primeiro passo que se dá na tentativa de regenerar a vida daqueles que um dia haverão de estar entre nós”.

De acordo com Rodrigues (2009):

> A prisão teve sua origem na igreja, onde se tornou a forma essencial de castigo. O encarceramento passou a ser admitido sob todas as formas. Os trabalhos forçados eram uma forma de encarceramento, sendo seu local ao ar livre. A detenção, a reclusão, o encarceramento correcional, não passaram, de certo modo, de nomenclatura diversa de um único e mesmo castigo.

Ainda referente a pena de prisão, Trindade (1993), refere que esta passou a ser imposta aos monges ou clérigos faltosos nos mosteiros da Idade Média, onde estes deveriam durante a reclusão orar e em silencio reconciliar-se com Deus.

Segundo Santis (2010) apenas após o século XVIII com a gradual exclusão das penas cruéis e desumanas é que a pena privativa de liberdade passou a ser de fato um item no rol das punições previstas pelo Direito Penal. Ainda segundo o autor, essa transformação no método de punição está relacionada ao cenário político da época.

Porquanto o Brasil não possuía um Código Penal Próprio, então segundo Santis (2010) ainda se seguia o antigo entendimento de que aplicar-se-ia a prisão como ferramenta para evitar a fuga e como penas a morte, penas de sofrimento corporal como açoite, confisco de bem ou humilhação pública. Apenas a partir do século XIX com a consolidação do Código Penal no Brasil é que começaram a surgir as primeiras prisões com celas e que ofertavam oficinas de trabalho.

Segundo Azevedo (1997), o banimento das penas de açoite, tortura, ferro quente foram banidas do sistema punitivo do Brasil junto à Constituição Federal de 1824, onde determina-se que as cadeias devem ser “seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme a circunstância e natureza de seus delitos” (AZEVEDO, 1997).

Segundo Ferreira e Rabaglio (2015), atualmente é difícil identificar o principal foco da pena, pois quando trata-se de presídios, trata-se também de ambiente hostil, degradante, que sugere ao indivíduo repulsa e nada o ensina ou reeduca para a vida em sociedade, estes fatores que contribuíram ao longo do tempo para que se atingisse o nível precário e alarmante do atual sistema carcerário no Brasil.

2.1.1 Sistema Penitenciário Brasileiro

Segundo o DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional (2014) este é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar n° 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto n° 1.093, de 23 de março de 1994.

O DEPEN (2014) é responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de: presos condenados

e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen - criado em 2004, reúne informações estatísticas fornecidos pelos gestores de casas prisionais em todo país. Trata-se de uma ferramenta estratégica para a gestão prisional. Após atualizações e modificações o Infopen atualmente compila inclusive informações a cerca da infraestrutura dos estabelecimentos penais e das políticas de assistência e garantia de direitos, previstas na Lei de Execução Penal.

Na Tabela 1 estão descritos o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil com referência em Junho/2016:

Tabela 1: Dados sobre pessoas privadas de liberdade no Brasil em Junho de 2016

BRASIL – Junho de 2016	
POPULAÇÃO PRISIONAL	**726.712**
Sistema Penitenciário	689.510
Secretarias de Segurança/ Carceragens de Delegacias	36.765
Sistema Penitenciário Federal	437
VAGAS	368.049
Déficit de Vagas	**358.663**
Taxa de ocupação	**197,4%**

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Junho/2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dezembro/2015; IBGE, 2016.

Segundo Junior (2003), o processo de ressocialização está diretamente relacionado com as condições apresentadas pelo sistema carcerário Brasileiro, uma vez que considera que “não poderiam tornar-se fruto diferente deste, pois sabe-se que o homem só é homem porque é ensinado a sê-lo”, sendo assim, entende-se que o ambiente prisional pode interferir no comportamento da pessoa privada de liberdade, aproximando-o ou não do resultado positivo de ressocialização. Porém a realidade nos presídios atuais não está caminhando nesta direção quando não está voltada a sensibilização e reeducação da visão do preso, sem demonstrar interesse na melhoria dos poucos metros que virão a pertencer ao preso durante o

cumprimento de sua pena ofertando soluções práticas para problemáticas cotidianas que poderiam influenciar diretamente na garantia de direitos básicos como a dignidade da pessoa humana.

Pode observar um contraditório entre a legislação que rege a execução penal brasileira e a realidade do sistema carcerário, onde as leis garantem direitos fundamentais à pessoa humana, fundamentais inclusive ao desenvolvimento do senso de humanidade, de sociabilidade, prerrogativas que passam longe dos presídios atuais, então não consolidando-se a função ressocializadora da pena, de acordo com Diego (2009).

Muitas vezes o apenado vive durante o cumprimento da pena em locais com pouca ou nenhuma limpeza, pouca luminosidade, com excesso de umidade, enfim que em nada fomentam ou projetam melhorias em qualidade de vida, segundo Buoro (1998) “um estado de exclusão social que leva a uma perda das características de ser humano”.

Poucos estabelecimentos penais trazem a estrutura que está descrita na legislação atual, com oferta de atividades educativas ou projetos formais de escolarização. Pode-se inclusive elencar a falta de estrutura como a grande impulsionadora de inúmeras mazelas do sistema prisional atual, que transforma cotidianamente os presídios em escolas do crime.

2.1.2 Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul

A Susepe (2011) é o órgão responsável pela execução das penas privativas de liberdade e medidas de segurança no estado do Rio Grande do Sul. Estruturado pela Lei n° 7.745 de 28 de dezembro de 1968 e subordinada a Secretaria de Segurança Pública (SSP) o órgão é responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado.

Segundo Susepe (2018), a Superintendência dos Serviços Penitenciários:

> Surgiu da desvinculação administrativa das prisões da Polícia Civil, após o movimento nacional de criminalistas penitenciaristas e defensores da humanização da execução das penas privativas de liberdade, que almejavam a ressocialização dos presos, fato esse pioneiro no Brasil. Com isso, o trabalho prisional passa a ser o foco nesse novo conceito, deixando de ser visto como forma de punição e estabelecendo-se como um direito de todo recluso.

A escolarização e profissionalização das pessoas privadas de liberdade está prevista na Constituição do Rio Grande do Sul, assim como o dever do Estado em ter como objetivo “a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridades a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais” .

Dentro do sistema prisional estão presentes diversos profissionais que desempenham suas funções com intuito de contribuir com a missão do Estado. Não é possível elencar definitivamente os profissionais que exercem atividades no sistema prisional, pois variam de acordo com a realidade e estrutura de cada presídio, porém pode-se citar os Agentes Penitenciários, Agentes Penitenciários Administrativos, Técnicos Superior Penitenciários, os Policiais Militares, os Profissionais de Saúde e Educação como os mais presentes no cenário prisional, além dos detentos.

As regressões e progressões de regime durante o cumprimento da pena e a definição dos respectivos estabelecimentos onde deverão ser cumpridas foram definidas na Lei de Execuções Penais (LEP) de 1984, frente à qual o Rio Grande do Sul precisou reorganizar suas casas prisionais para receber então os presos de acordo com o regime de sua pena. Atualmente segundo a Susepe (2011) o sistema prisional gaúcho compreende:

> Unidades classificadas por fundação, albergues, penitenciárias, presídios, colônia penal e instituto penal. Organizadas por região, as casas prisionais estão distribuídas pela capital e pelo interior do Estado, acolhendo presos dos regimes aberto, semiaberto e fechado.

De acordo com o Departamento de Segurança e Execução Penal - Susepe (2018) atualmente existem 38.634 homens e 2.098 mulheres cumprindo pena nos presídios estaduais, divididos nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

2.2 OS OBSTÁCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE À APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Quando trata-se de previsão legal de direitos e regras mínimas a serem seguidas para tratamento do preso podemos citar em nível mundial a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Resolução da Organização das Nações Unidas

que prevê as “Regras Mínimas para o Tratamento do Preso”. Em nível nacional parte da própria Constituição Federal a qual disserta em seu artigo 5° aproximadamente trinta e dois incisos a proteção dos direitos dos presos, a Lei de Execuções Penais que reserva em seu artigo 41 direitos inerentes aos presos durante a execução da pena.

Porém mesmo frente à legislação em vigor, nos dias atuais está-se diante de um sistema penal falido e sem previsão a curto prazo de grandes transformações em suas realidades. Segundo Assis (2007) é constante a violação dos direitos dos presos, tratamento que não oferece condições de preparo para o retorno ao convívio em sociedade.

De acordo com a Legislação vigente, assim que o preso adentrasse o sistema prisional, seu local de recolhimento, sua cela deveria ser determinada de acordo com a natureza de seu delito, seus antecedentes, sua idade e sexo. Porém diante do caos o preso é então encaminhado até a cela que dispuser vagas, pois a superlotação é fato em todos os presídios do país.

Logo, uma cela onde os detentos passam 24 horas diariamente confinados, salvo os intervalos previstos em lei para banho de sol, pode se tornar um lugar muito insalubre, visto o pouco ou nenhum saneamento básico, higiene e limpeza do local onde várias pessoas estão realizando suas refeições;

Todos estes fatores traduzem um local com um grande potencial de ser foco de doenças, habitat para insetos e roedores que transmitem inúmeras doenças, enfim, um ambiente com poucas condições de higiene, que trazem consigo uma carga pesada àqueles que ali estão inseridos, sejam os presos em si, os agentes penitenciários, os profissionais da educação, os profissionais de saúde e os policiais militares.

A administração pública representada nos presídios estaduais pelos Administradores/Diretores de casas prisionais, estão sempre atentos a todas as adversidades do meio em que estão inseridos, conscientes da importância de seu papel frente à sociedade, que muitas vezes apenas são lembrados quando algum fato é noticiado na mídia, buscam de diferentes maneiras fomentar o processo de melhoria das condições do ambiente prisional, mesmo enfrentando inúmeros obstáculos como a burocracia do Estado, que torna muitos projetos inviáveis por questão de tempo e principalmente recursos financeiros.

Diante disso, o papel dos educadores ambientais se torna ainda mais relevante, uma vez que pequenas ações, pequenas transformações em situações do cotidiano podem de fato significar grandes mudanças na qualidade de vida das pessoas que fazem parte do sistema prisional, e como atitudes transformam hábitos, uma grande ação em cadeia pode se formar a partir de uma atitude.

2.3 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA PRISIONAL

Pouco se imagina ainda nos dias atuais tratar dos assuntos prisões, meio ambiente e qualidade de vida numa mesma temática, porém são matérias que podem estar diretamente interligadas entre si, e que, se aproximadas, poderão cultivar frutos desejáveis pela sociedade.

A Lei 6.938/81, que trata da Politica Nacional do Meio Ambiente (PNMA), definiu o conceito de meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Já a qualidade de vida por sua vez, leva em consideração as necessidades dos indivíduos, se estão sendo alcançadas ou ainda, se estão lhe sendo negadas condições de alcançá-las,de acordo com a OMS (1998) independentemente do seu estado de saúde física ou de condições socioeconômicas.

Confrontando-se os conceitos de meio ambiente e qualidade de vida, percebe-se que estes estão intimamente correlacionados uma vez que apenas um ambiente equilibrado pode ser plataforma para que indivíduos possam buscar seus anseios pessoais. Para tanto, quando coloca-se o ambiente o prisional em pauta, parece inviável que indivíduos que vivem em sua maior parte em lugares sem pouca ou nenhuma higienização, sem infraestrutura adequada e com poucos recursos financeiros para mudança desse cenário.

Diante da falta de recursos financeiros do Estado em geral, cabe às Instituições a busca por soluções baratas para problemas enfrentados no seu cotidiano. Está aí o papel do educador ambiental, na proposição da reflexão acerca do meio ambiente que cercam os indivíduos e da importância da sua boa manutenção.

2.3.1 Qualidade de vida dos indivíduos que compõem o sistema penitenciário gaúcho

Com a Lei de Execuções Penais (LEP) 1984, a pena de prisão passou a admitir progressões e regressões em seu regime de cumprimento, de acordo com implementação de lapso temporal somado ao comportamento do preso, sendo este encaminhado para instituição onde deverá cumprir cada etapa de sua pena.

Segundo Caetano (2016), a não observância e desrespeito a garantia dos direitos fundamentais aos reclusos têm tornado ainda mais difícil o alcance da ressocialização dos apenados. Então se deve fomentar políticas públicas no sentido de proporcionar as condições de cidadania aos reclusos que poderão ser continuadas quando do seu retorno a sociedade.

Para que a ressocialização dos reeducandos passe a ser realidade, existem uma série de medidas que precisam ser colocadas em prática, porém políticas públicas voltadas a garantias de direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana são a base da transformação. Segundo Caetano (2017), a reincidência na criminalidade pode estar diretamente ligada as condições desumanas que são submetidas as pessoas privadas de liberdade.

O ambiente prisional, como pode-se observar, sofreu muitas transformações ao longo da sua história, porém nunca deixou de existir, pelo contrário, está sempre tentando preparar-se para receber um maior “público”, bem como os profissionais que ali atuam. Mudam-se nomenclaturas, criam-se e extinguem-se cargos porém a atividade final de vigiar e reeducar sempre está presente, o que pode levar a reflexão de que ainda existem problemáticas em busca de solução. De acordo com Caetano (2017) “os meios mais seguros para tornar indivíduos melhores são o trabalho, estudo e a disciplina, o que, infelizmente, não é posto em prática como política no sistema penitenciário brasileiro”. Logo, o cárcere deve punir pela restrição do direito de ir e vir, e não retirando dos seres humanos sua dignidade e oportunidades de reestruturação social.

No que tange à qualidade de vida no trabalho, referente aos integrantes do sistema prisional que ali desempenham suas atividades profissionais como os Agentes Penitenciários, Policiais Militares, profissionais de saúde e educação, segundo Zalamena e Bueno (2013) para proporcionar melhores condições de vida

para os servidores devem ser adotadas ações preventivas, integradas e contínua a fim de prevenir adoecimentos do servidor.

Neste mesmo contexto estão inseridos pelo Estado profissionais com treinamento específico para lidar com questões de segurança, com conflitos, com tensões cotidianas, com inúmeros obstáculos, e ainda com a responsabilidade junto a sociedade de ressocializar pessoas que muitas vezes nunca tiveram noção do senso de humanização. Salientam Campos e Souza (2011), que “o Agente Penitenciário dispende muita energia ao tentar se equilibrar entre os mundos em que vive: intra e extramuros”.

Estes profissionais têm uma missão, e como ferramenta de transformação apresenta-se a educação ambiental como um portal que pode trazer consigo benefícios a todos os indivíduos envolvidos neste sistema.

Para tanto um primeiro passo em direção à mudança precisa ser dado. Precisa-se identificar as individualidades a realidade de cada região penitenciária e buscar soluções de baixo custo e simples para problemáticas do dia a dia que vão aumentar a satisfação de todos, a qualidade de vida, a saúde tanto psíquica como física, o entendimento de viver em sociedade como de fato este deve ser, onde uns dependem dos outros e todos juntos possam causar reflexos positivos a muitas gerações.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho de pesquisa foi realizado no Presídio Estadual de Cruz Alta, o qual foi inaugurado no dia 15 de fevereiro de 1958, situado na Rua Coronel João de Deus, nº 192, na cidade de Cruz Alta.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

Na data da pesquisa o Presídio Estadual de Cruz Alta contava com duzentos e setenta e nove detentos, que cumprem pena nos regimes regime aberto e semi-aberto, sendo destes 263 homens e 16 mulheres; 25 Agentes Penitenciários; 1 técnico em enfermagem; um núcleo educacional onde 5 professores ministram aulas no Ensino Fundamental e Médio e também 2 guaritas externas onde 2 Policiais Militares lotados no 16° Batalhão de Polícia Militar – Cruz Alta, são escalados diuturnamente (conforme dados fornecidos pela Administração da casa prisional em 04/11/2018), sendo esta casa prisional de segurança mínima, conforme dados fornecidos pela Susepe, através de seu site oficial.

3.3 TIPO DE PESQUISA

Para a realização do presente trabalho, e alcance dos objetivos, foram determinados métodos, considerando as orientações técnicas, recomendação e obras literárias existentes sobre o assunto e a legislação vigente em matéria de execução penal que serviram de fundamentação a pesquisa.

A pesquisa teve um enfoque qualitativo, no que se refere aos questionários semiestruturados que foram aplicados a uma amostra populacional dos indivíduos que compõem o Presídio Estadual de Cruz Alta, sendo estes os Agentes Penitenciários, os Policiais Militares, os profissionais de saúde e educação e também os presos ali recolhidos. Além da observação, realizada durante visitação ao Presídio para coleta de dados e compreensão das relações existentes entre os indivíduos e identificação da rotina no cárcere. Também foi realizada pesquisa

documental, através de documentos, ofícios e publicações fornecidas pela Administração da casa prisional.

A importância da pesquisa qualitativa quando tem-se a intenção de pesquisar qualidade de vida, se dá uma vez que a subjetividade do indivíduo, suas dúvidas, crenças, hábitos, valores, podem ser considerados, e tornarem-se assim objeto de estudo, proporcionando um leque de possibilidades. Segundo Flick (2009) ”a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa”.

3.4 QUESTIONÁRIOS

Foram adotados os questionários semiestruturados, pois vislumbra-se neste método a possibilidade de se aprofundar mais em determinado assunto, ainda que não provisionado, mas que pudesse ser relevante seu estudo para os objetivos do trabalho Segundo May (2004), “ o entrevistado tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim estabelecer um diálogo com o entrevistado”.

Ainda, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois segundo Gil (1987), descrevendo as respostas dos entrevistados pode-se chegar a descrição de determinado fenômeno.

Foi elaborado um questionário semiestruturado, disponível na íntegra no Apêndice A do trabalho, com nove perguntas aos entrevistados, tendo como princípio norteador o objetivo geral e os objetivos específicos definidos no início do trabalho.

Os questionários foram respondidos de acordo com os seguintes critérios de inclusão: aos Agentes Penitenciários, profissionais de saúde e educação que estavam de plantão ou cumprindo expediente na data da visita ao presídio, de ambos os gêneros.

Aos Policiais Militares que estivessem escalados nas guaritas I e II.

Aos detentos, de ambos os gêneros, que desempenham alguma atividade laboral interna no estabelecimento prisional. Responderam ao questionário, todos aqueles que após serem informados acerca do tema do trabalho, do anonimato das respostas aceitaram espontaneamente participar da pesquisa.

3.5 COLETA DE DADOS

Para coleta de dados foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica, publicações, artigos e notícias da internet que pudessem demonstrar e ilustrar as condições atuais do sistema carcerário.

De posse de dados adquiridos, pôde-se utilizar a técnica de observação junto a Administração Prisional, onde foi possível estabelecer as relações existentes entre os servidores entre si e com os reclusos e ainda identificar sumariamente a rotina do presídio.

Trata-se de uma amostragem estratificada, pois tratam-se de grupos distintos entre si (Agentes Penitenciários, Policiais Militares, Profissionais de saúde e educação e as pessoas privadas de liberdade), que unidos compõem o universo da pesquisa. Não probabilística, por conveniência

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Considera-se como limitadores da pesquisa, o fato de que em virtude do curto espaço de tempo e das peculiaridades do ambiente prisional não seria viável a aplicação de questionários a todos os indivíduos que compõem o ambiente prisional.

Ainda, sabe-se que existem personagens que embora não estejam inseridos diretamente no sistema prisional contribuem para a composição deste, como os familiares dos apenados, profissionais que exercem atividades quinzenais ou voluntariamente no estabelecimento prisional, não puderam ser entrevistados visto o curto espaço de tempo e para que pudesse haver um foco melhor definido nos objetivos deste trabalho, porém que poderiam ser estudados futuramente.

Percebeu-se durante o processo de aplicação dos questionários que num primeiro momento, principalmente os apenados demonstraram receio em participar da pesquisa, porém após receberem a informação acerca do tema do trabalho e do caráter anônimo da pesquisa passaram a demonstrar interesse em participar.

4 RESULTADOS

A aplicação dos questionários possibilitou a obtenção de informações referente ao perfil dos entrevistados, no que diz respeito a sua função, tempo de inserção no sistema prisional, conceitos relacionados ao meio ambiente e sua importância, relação pessoal com meio ambiente e como este influencia seu bem-estar, os principais itens apontados como pontos fortes e fracos do estabelecimento penal, quais as práticas que já foram adotadas e as que poderiam ser projetadas para melhorar a qualidade de vida num contexto geral de todos os indivíduos que compõem o sistema prisional no Presídio de Cruz Alta.

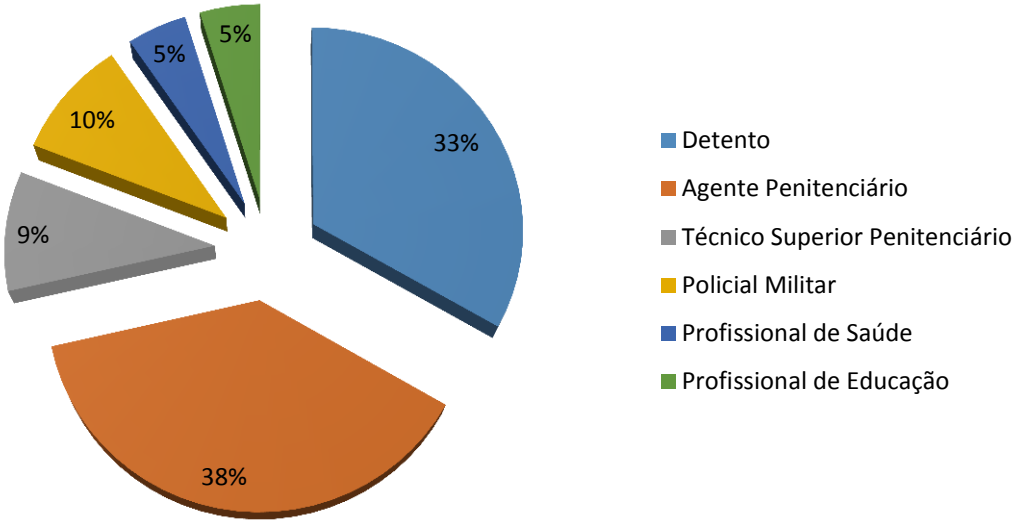
4.1 RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

4.1.1 Questão 1

Trata da participação do indivíduo na composição do ambiente prisional no Presídio de Cruz Alta, sendo que foram respondidos na seguinte composição.

Na distribuição dos questionários, foi buscado dentro da metodologia proposta uma proporcionalidade da representatividade dos indivíduos entrevistados para em cada amostra estratificada em relação ao universo populacional, para que fosse possível observar o ponto de vista de cada grupo. Neste contexto, responderam a pesquisa: 13 pessoas privadas de liberdade, 8 Agentes Penitenciários, 2 Técnicos Superior Penitenciário, 1 Profissional de Saúde, 1 Profissional de Educação e 2 Policiais Militares.

Figura 1 – Forma de participação do indivíduo no Sistema Prisional



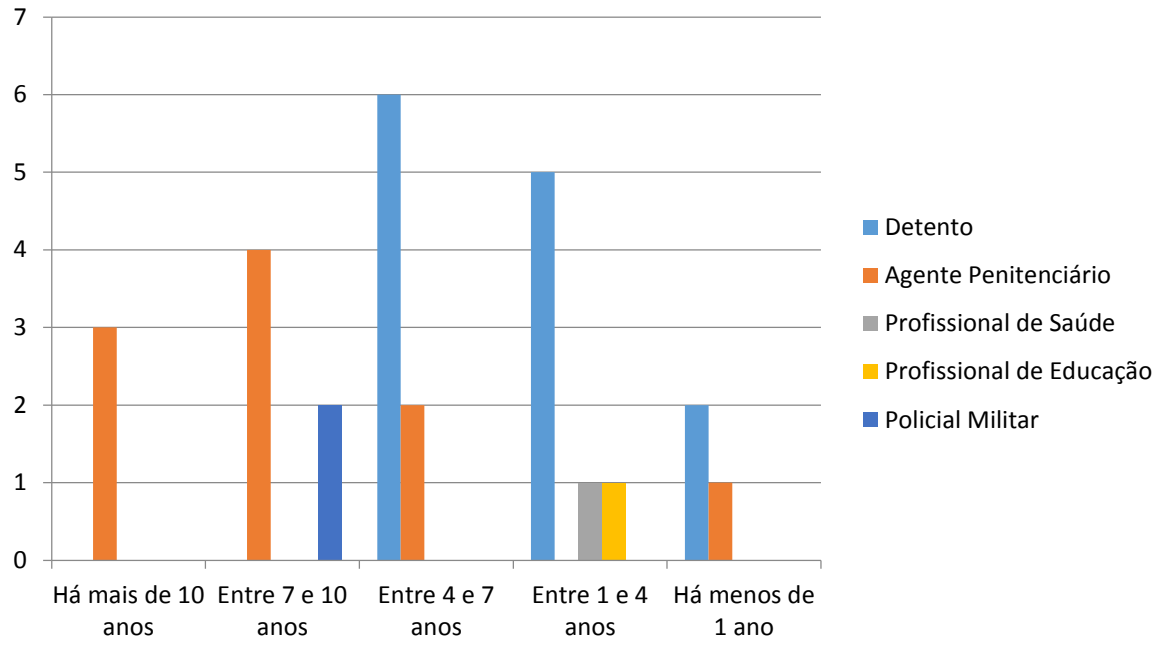
Fonte: Autora (2018).

4.1.2 Questão 2

Na Questão 2, tratou-se do tempo em que o indivíduo encontra-se inserido no sistema prisional, sendo que foram compilados os dados conforme a Figura 2, sendo possível observar que pode-se contemplar visões de pessoas com que estão há mais de 10 anos e também as com menos de um ano de inserção no ambiente prisional do PECA, importante pois cada ponto de vista traz uma carga de experiência diferenciada.

Pode-se observar que a maioria dos Agentes Penitenciários que responderam ao questionário estão há mais de 7 anos inseridos no sistema prisional e que os detentos entrevistados estão presos há cerca de 1 até 7 anos.

Figura 2 – Tempo de inserção no Sistema Prisional



Fonte: Autora, (2018).

4.1.3 Questão 3

A Questão 3 tratava-se de um questionamento aberto, que possibilitava o entrevistado dissertar livremente sobre as suas concepções acerca de qualidade de vida, com a análise dos respostas, observou-se um comportamento semelhante entre os extratos analisados, onde os Agentes Penitenciários e Policiais Militares em sua grande parte correlacionaram Qualidade de Vida, com fatores externos ao sistema prisional, tais como “aproveitar momentos de folga com a família., “paz de espírito”, “estar bem consigo mesmo”. Também foram citados “salário digno”, “reconhecimento de sua profissão”, “boas relações com os colegas de trabalho” e “ambiente de trabalho salutar e digno”.

Os profissionais de Saúde e Educação citaram “a busca constante do equilíbrio entre saúde física e mental” como fator diretamente ligado a qualidade de vida. Os detentos por sua vez, convergiram em ideias no sentido de que a qualidade de vida está proporcionalmente relacionada a “alimentação saudável, higiene, saúde” e “ambiente limpo e boa saúde”.

Quadro 1- Conceitos de qualidade de vida

INDIVÍDUOS	RESPOSTAS
Agentes penitenciários	-Aproveitar momentos de folga com a família; -Estar bem consigo mesmo;
Policiais Militares	- Paz de Espírito; - Reconhecimento profissional e salário digno; -Ambiente de trabalho salutar e digno;
Profissionais de Saúde e Educação	-A busca constante do equilíbrio entre saúde física e mental;
Detentos	- Alimentação saudável, higiene e saúde; - Ambiente limpo e boa saúde

Fonte: Autora, (2018).

Contudo, os indivíduos foram uníssonos ao afirmar que acreditam que o meio ambiente influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas, referindo inclusive os profissionais que a qualidade de seu trabalho não raramente é influenciada positivamente ou negativamente pelos reflexos do ambiente em que estão inseridos. Os detentos relataram que a qualidade de vida no sistema prisional poderia inclusive “fazer com que a pena não fique tão sofrida e estressante”.

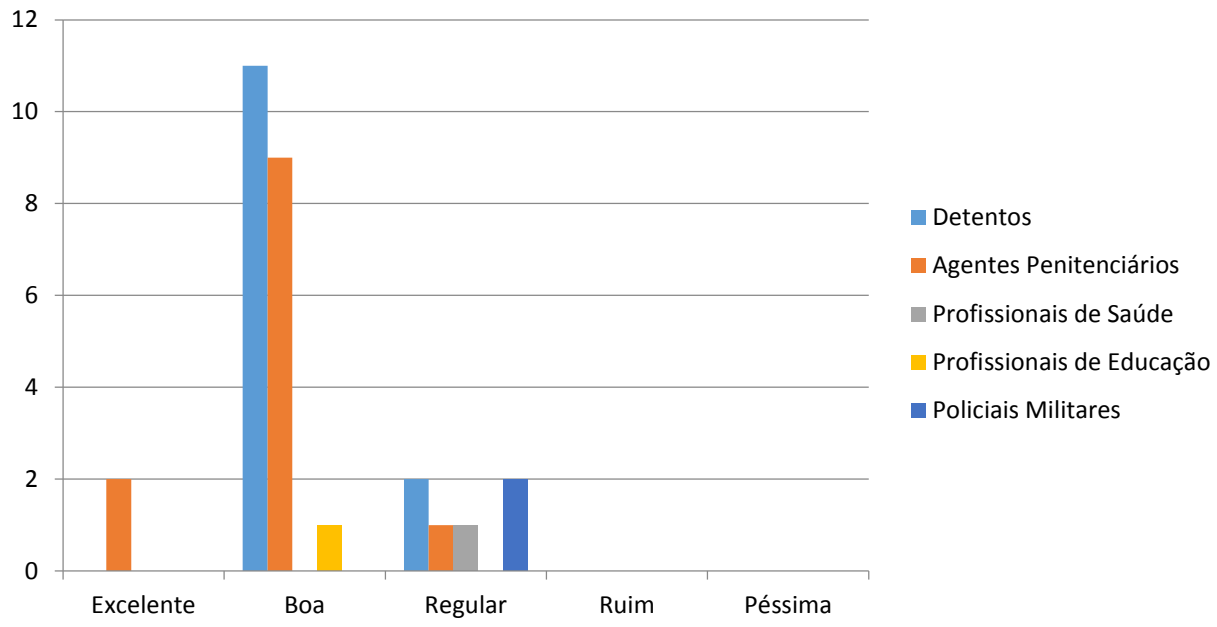
4.1.4 Questão 4

Na questão 4, os entrevistados puderam atribuir uma nota a sua qualidade de vida quando inseridos no ambiente prisional, conforme a Figura 3.

Na qual, é possível observar que a grande maioria dos Agentes Penitenciários e dos detentos atribuíram o conceito “bom” a sua qualidade de vida dentro do sistema prisional. Já os policiais militares, os profissionais de saúde e educação concentraram seus conceitos em “regular”.

Vale ressaltar que nenhum entrevistado apontou os conceitos “ruim” e “péssima”, fato que demonstra que ainda que hajam melhorias a serem efetivadas, todos estão minimamente satisfeitos com a qualidade de vida que o PECA proporciona.

Figura 3 – Atribuição de nota a qualidade de vida quando está inserido no sistema prisional



Fonte: Autora, (2018).

4.1.5 Questão 5

Quando questionados sobre participação ou observação de práticas voltadas a melhoria nas condições de vida, os Agentes Penitenciários responderam que procuram exercer seu papel “fundamentado em práticas que visem a melhoria do ambiente prisional como um todo”, disseram que ”buscam melhorias contínuas na parte estrutural do presídio que por ser um prédio antigo e não preparado para receber o número de apenados reclusos atualmente, estrutura física preparada para acomodar noventa reclusos, três vezes menor do que suporta nos dias atuais”, “a superlotação e a escassez de recursos” foi ressaltada pelos APs como um desafio diário a manutenção de um ambiente prisional salutar.

Os Policiais Militares responderam que acreditam que poderiam ser instituídas mais ações visando a melhoria de qualidade de vida.

Os apenados citaram que convivem diretamente com ações que julgam fatores influenciadores da qualidade de vida como “limpeza de ambientes comuns a todos”, “oficinas de qualificação profissional ofertadas pela casa prisional”.

Quadro 2 – Participação ou observação de práticas voltadas a melhoria de condições de vida

INDIVÍDUOS	RESPOSTAS
Agentes penitenciários	- Buscam melhorias contínuas na parte estrutural do presídio;
Policiais Militares	- Pensam que poderiam ser instituídas mais ações visando a melhoria de qualidade de vida;
Profissionais de Saúde e Educação	- Ciclo de palestras sobre saúde da mulher; - Palestras sobre doenças infectocontagiosas;
Detentos	- Limpeza de ambientes comuns a todos - Oficinas de qualificação profissional ofertadas pela casa prisional;

Fonte: Autora, (2018).

Como prática ambiental já implementada foi citada pelos entrevistados Agentes Penitenciários, a implementação da Estação de Tratamento do Esgoto, inaugurada em 2011.

4.1.6 Questão 6

Buscou-se nessa questão identificar se individualmente os entrevistados adotam práticas em seu cotidiano com intuito de melhorar as condições de vida em geral do PECA. De forma geral todos os entrevistados, demonstraram ter interesse em contribuir positivamente ao ambiente que fazem parte.

Os Agentes Penitenciários citaram em grande parte o “clima” no ambiente de trabalho como fator determinante para qualidade de vida, enquanto o profissional de saúde ressaltou a importância de políticas voltadas a prevenção de doenças e dos cuidados com a saúde dos reclusos, em razão da superlotação a qual pode acarretar a disseminação de doenças num ambiente “mal conservado e insalubre”.

Os presos responderam que acham importante “a contribuição individual de todos na manutenção da higiene e limpeza”, um reeducando que trabalha na área externa do presídio, relatou que adotam práticas diárias na preservação do ambiente, realizando rondas rotineiras no pátio a fim de evitar que recipientes acumulem água parada, reutilizando parte do lixo orgânico na horta existente e buscando informar a Administração do presídio sempre que identifica algum ponto que possa ser melhorado.

Quadro 3 – Contribuição individual em práticas ambientais voltadas a melhoria da qualidade de vida coletiva

INDIVÍDUOS	RESPOSTAS
Agentes penitenciários	- Clima no ambiente de trabalho;
Policiais Militares	- Separação do lixo;
Profissionais de Saúde e Educação	- Políticas voltadas a prevenção de doenças e dos cuidados com a saúde dos reclusos;
Detentos	- A contribuição individual de todos na manutenção da higiene e limpeza; - Adotam práticas diárias na preservação do ambiente, evitando água parada reutilizando parte do lixo orgânico na horta.

Fonte: Autora, (2018).

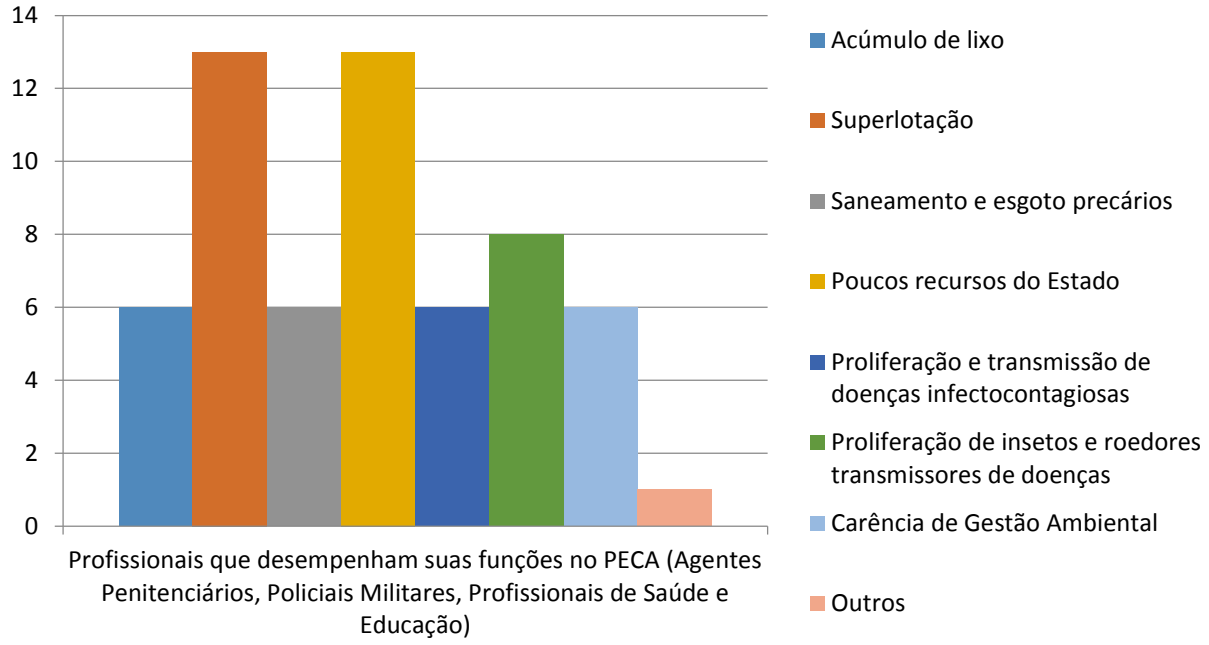
4.1.7 Questão 7

Neste questionamento buscava-se elencar quais fatores os indivíduos consideravam como influenciadores de má qualidade de vida dentro do sistema prisional. Para realizar uma análise mais clara e possibilitar inclusive um comparativo entre o ponto de vista dos indivíduos, foram elaborados dois gráficos que apresentam as respostas dos entrevistados onde na Figura 4 estão dispostas as respostas dos profissionais que desempenham suas funções no PECA, sendo estes os Agentes Penitenciários, Policiais Militares e Agentes de saúde e educação.

E na Figura 5 foram dispostas as respostas dos reeducando entrevistados.

Ainda, foram lembrados pelos profissionais a proliferação e transmissão de doenças infectocontagiosas, a proliferação de insetos e roedores transmissores de doenças, e o serviço de saneamento básico precário.

Figura 4 – Fatores que influenciam a má qualidade de vida dentro do sistema prisional – Análise das respostas dos Profissionais que desempenham atividades no PECA



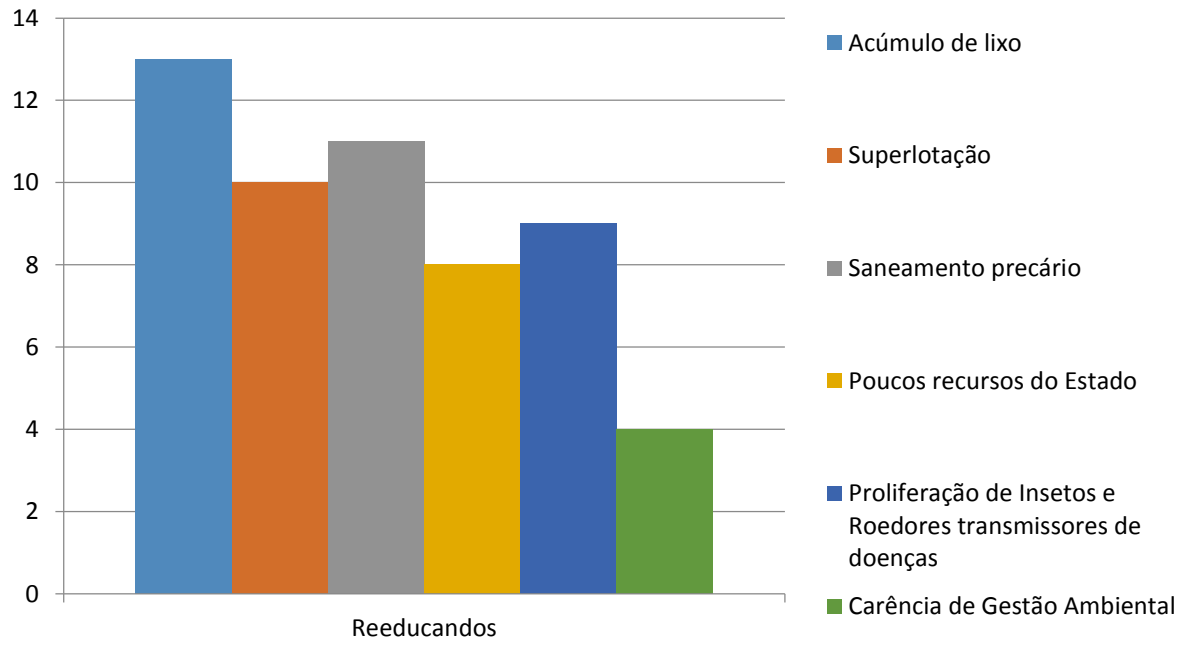
Fonte: Autora, (2018).

Para complementar a análise das respostas da questão 7, compôs-se a Figura 5, onde estão demonstradas as respostas dos apenados, referente aos mesmos itens citados.

Diante do gráfico apresentado, percebe-se que na visão dos apenados o acúmulo de lixo é o grande influenciador da má qualidade de vida do ambiente, refletindo na preocupação demonstrada referente a proliferação de insetos e roedores transmissores de doenças.

Durante a realização das entrevistas os reeducando relataram em relação ao saneamento básico problemas que ocorrem relativos aos encanamentos nas celas que levam a estação de tratamento de esgoto instalada no PECA, a qual freqüentemente entope, causando muitos transtornos aos internos.

Figura 5 - Fatores que influenciam a má qualidade de vida dentro do sistema prisional – Análise das respostas dos reeducandos entrevistados



Fonte: Autora, (2018).

Chama a atenção que este problema fora identificado também pelos Policiais Militares que executam a guarda externa do presídio sendo que uma das guaritas fica próxima a estação de tratamento do esgoto, que prejudica a execução do trabalho do Policial que está na guarita que refere “um cheiro muito forte”, “quando chega o verão e a temperatura aumenta, fica praticamente impossível respirar”.

Com a construção das Figuras 4 e 5 pode-se identificar que mesmo inclusos em um ambiente onde os papéis se cruzam inúmeras vezes ao dia, cada grupo pesquisado apresentou uma temática diferente indicada como maiores influenciadores do meio no qual estão inseridos.

É importante informar que para esta questão podiam ser indicados quantos itens o entrevistado julgasse que representava sua opinião, portanto ultrapassam o total de 100%.

E ainda, que os itens que não aparecem nos gráficos não foram escolhidos por nenhum dos entrevistados.

4.1.8 Questão 8

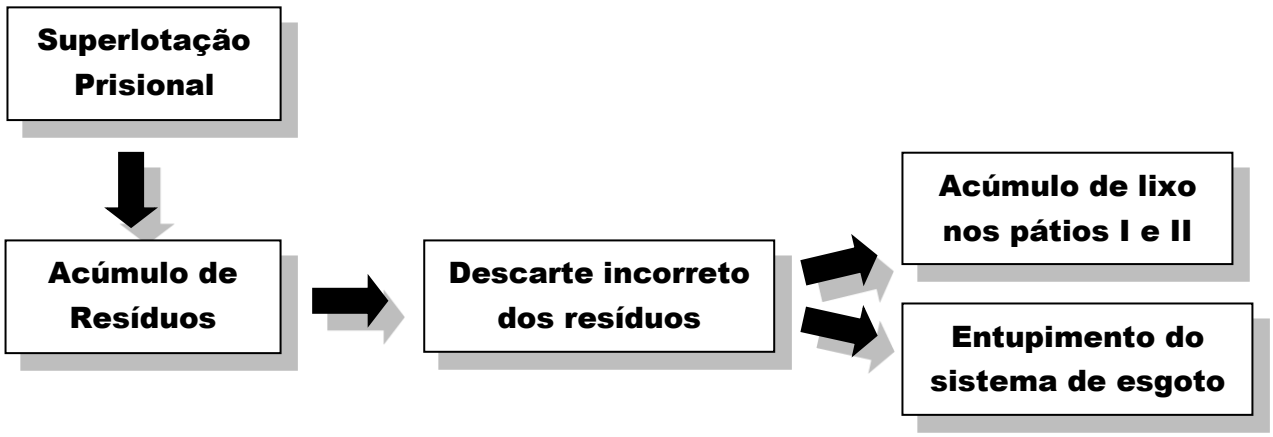
Buscava-se identificar a existência de alguma situação no ambiente prisional e na rotina diária que o entrevistado julgasse como atividade que possa ser melhorada. Todos os entrevistados indicaram que sim, existem práticas cotidianas que podem ser melhor planejadas.

Grande parte dos entrevistados, aproximadamente 78%, propuseram a separação correta do lixo como ação que poderia ser implementada para melhoria das condições do ambiente prisional. Um possível reflexo da superlotação da casa prisional, uma vez que as celas do PECA, que tem de acordo com a Engenharia Prisional da Susepe capacidade para quatro presos, abrigam em média de onze a doze reeducandos, que produzem diariamente muitos resíduos, os quais segundo os apenados muitas vezes só são retirados das celas uma vez ao dia, e acabam causando muito mau cheiro nas celas e servindo como atração a insetos e roedores.

Diante disso, há relatos que muitos presos acabam descartando seus resíduos de maneira que causam ainda mais impacto ao ambiente, atiram pela janela seus resíduos que ficam se acumulando nos pátios I e II os quais precisam ser limpos duas a três vezes por semana pelos reeducandos que possuem liga laboral.

Com a observação das informações e relatos dos apenados pode-se observar a instalação de ciclo vicioso que prejudica a manutenção de um ambiente salutar aos indivíduos integrantes do sistema prisional.

Figura 6 – Ilustração do processo de descarte incorreto de resíduos sólidos



Fonte: Autora, (2018).

4.1.9 Questão 9

Na Questão 9 que buscava identificar a predisposição dos entrevistados para participar de ações, mutirões ou projetos com intuito de proporcionar um ambiente mais agradável, salutar e seguro, todos os entrevistados demonstraram-se receptivos as ações, inferindo inclusive que reconhecem ser responsabilidade de todos e diária a busca por um ambiente que proporcione uma melhor qualidade de vida em geral.

4.2 SUGESTÕES E MELHORIAS

Como resultados deste trabalho pode-se citar que todos os personagens inseridos no cenário prisional do Presídio de Cruz Alta consideram que a Qualidade de Vida está diretamente relacionada com o ambiente que o cerca e buscam um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Outro fator importante citar foi que o conceito de qualidade de vida em termos gerais foi indicado como sendo “bom”, e que mesmo com as mazelas do cárcere nenhum dos entrevistados indicou conceitos como “ruim” ou “péssimo” para sua qualidade de vida quando inseridos no ambiente prisional.

Diante da problemática descrita em referência à ineficácia da estação de tratamento de esgoto existente no PECA, buscou-se em pesquisa aos documentos fornecidos pela administração prisional e durante a realização da entrevista aos apenados que laboram na área externa, na tentativa de identificar qual seria o possível defeito. Sendo que constatou-se que a estação de tratamento de esgoto contempla em seu projeto inicial, uma tratamento de dejetos que mesmo ainda que operando em seu limite, pode atender a demanda existente no PECA.

Porém suas tubulações foram preparadas para atender uma população “tradicional”, e não com os hábitos já relacionados que possuem os apenados. Estes descartam incorretamente seus resíduos sólidos, segundo relatos frequentemente são retiradas sacolas plásticas, embalagens plásticas, restos de materiais de higiene, restos de alimentos, até roupas, calçados e materiais ilícitos no interior do presídio (celulares, facas artesanais) de dentro da estação de tratamento de resíduos.

Uma sugestão ofertada a administração prisional foi a de proporcionar uma mesa redonda de conversa e interação com os apenados, da galeria, que sofrem diretamente as conseqüências de seus maus hábitos, onde seria demonstrado a estes a importância da correta destinação dos resíduos sólidos e os benefícios que eles mesmos poderiam desfrutar destes novos hábitos. Incentivando-os a dar os primeiros passos em direção ao início da coleta seletiva no PECA. Posteriormente estendendo também esta explanação aos demais apenados.

Com a correta destinação dos resíduos sólidos pode-se dar início a correção de dois fatores que influenciam a má qualidade de vida no PECA, os freqüentes entupimentos da rede de esgoto e o acúmulo de lixo nos pátios I e II.

Para conservação do pátio II sugere-se que sejam feitos mutirões não só de limpeza mas, para tornar este um ambiente útil ao presídio, um jardim que pudesse abrigar uma pequena biblioteca, onde pudessem desfrutar os presos que auxiliassem com a limpeza e conservação do ambiente. O que se mostrou acessível de acordo com a Administração prisional, em razão da proximidade do acesso ao pátio II com a sala de aula e a ausência de uma biblioteca nas dependências do estabelecimento.

A reunião dessas sugestões resultou na elaboração do folder disponível no Apêndice B – Boas Práticas ambientais para a melhoria da qualidade de vida, o qual será uma das ferramentas disponibilizadas ao Presídio Estadual de Cruz Alta como fomentador de novas práticas ambientais na intenção de aumentar os níveis de qualidade de vida dos indivíduos que lá se encontram.

5 CONCLUSÃO

Na realização deste trabalho buscou-se identificar de que forma o ambiente prisional pode interferir na qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Presídio Estadual de Cruz Alta. Na busca pelos objetivos foram utilizadas diferentes formas de pesquisa, tais como a literatura disponível sobre o tema, buscou-se a fundamentação teórica através da legislação atual referente a legislação de execução pena, a observação e pesquisa documental disponibilizada pela administração prisional.

Com a realização deste trabalho identificou-se que existem diferentes aspectos de visão dentro de um mesmo ambiente, como no caso em estudo pode-se levantar o ponto de vista de grupos distintos, como os Agentes Penitenciários, Policiais Militares, profissionais de saúde e educação e detentos que apesar de em conjunto formarem o Presídio Estadual de Cruz Alta, possuem formas de pensamentos distintas entre si, seja de acordo com o tempo de inserção no sistema penitenciário ou pela maneira com que atua neste cenário.

Percebeu-se que os indivíduos em geral tem um bom entendimento em relação a qualidade de vida, entendem que esta é uma variável importante e que está interligada a diversos fatores, e ainda, que influenciam diretamente o ambiente que estão inseridos.

Em relação ao ambiente prisional, observou-se que os indivíduos correlacionaram sua qualidade de vida nos parâmetros “”boa” e “regular”, os quais inseridos no contexto nacional, podem ser considerados uma vitória ao sistema penitenciário gaúcho, em especial ao Presídio de Cruz Alta que mesmo diante das dificuldades consegue proporcionar um ambiente minimamente satisfatório aos sujeitos que compõem este cenário.

Considera-se que os objetivos geral e específicos deste trabalho foram atendidos com as ferramentas adotadas, porém sabe-se que ainda existe um grande campo de estudo a cerca deste tema, uma vez que pode-se perceber que os estratos apresentaram em alguns eixos da entrevista possuírem necessidades distintas, sendo que estas necessidades poderiam se tornar um projeto de pesquisa a parte.

Ainda, não puderam ser entrevistados os familiares dos reclusos, população que poderia ter dados importantes a formação de plataformas de trabalho e incentivo a novos projetos.

Assim como também não puderam ser entrevistados profissionais que exercem atividades esporádicas no estabelecimento penal, estes profissionais poderiam, pelo fato de conhecer basicamente o cotidiano prisional, porém não estar diretamente inseridos neste, ter uma visão abrangente sobre determinados aspectos que os indivíduos que estão diuturnamente envolvidos no cárcere podem não vislumbrar. Ainda, os apenados que não tem liga laboral (que representam a maioria dos reclusos), não foram entrevistados porém também tem participação direta na manutenção da limpeza e organização do estabelecimento penal.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em âmbito nacional o sistema prisional sofre enfrentando diversas dificuldades, sejam estruturais, poucos funcionários ou baixo nível de segurança, superlotação. Porém pode-se considerar que o Presídio Estadual de Cruz Alta apresenta características determinantes rumo o aperfeiçoamento e alcance de sua missão. Conforme foi observado os Agentes Penitenciários que responderam o questionário demonstram interesse em empenhar-se na prática de melhorias, assim como a Administração do Presídio, que não só é receptiva como incentiva todas as idéias que possam surgir e ser aplicadas com intenção de transformar positivamente o ambiente.

Ainda, pode-se destacar a intenção positiva refletida nas respostas dos apenados, voltados ao intuito de com suas tarefas diárias e habilidades contribuírem, ainda que com pouco, para a construção de um ambiente agradável a todos.

Desta forma, percebemos a importância do respeito aos direitos individuais, mencionado inclusive pelos Agentes Penitenciários, onde os profissionais trabalham com intuito da pena tornar-se de fato um marco para a ressocialização do preso, impregnando neste de forma gradual e eficaz conceitos como importância do trabalho e senso de responsabilidade, coleguismo, profissionalização, oportunidade de dar continuidade aos estudos, todos os fatores determinantes a ressocialização do preso.

Diante deste trabalho visa-se, além da obtenção própria de conhecimento, a construção de uma plataforma sugestiva de estudo a outros acadêmicos ou gestores da Instituição Susepe, pois esta análise pode traçar uma relação direta a uma boa qualidade de vida, também em outros presídios, corroborando com a missão da Instituição na ressocialização dos apenados.

Sabe-se que o resultado esperado pela sociedade de todo o processo existente dentro do sistema prisional nada mais é do que um indivíduo que embora tenha sido preso, voltará a circular e conviver em nossa sociedade, nosso bairro, próximo as nossas casas, nas escolas próximos a nossas crianças, e pensando neste sentido precisamos sim como sociedade olhar de forma diferenciada a este assunto, nos questionando qual o tipo de indivíduo que queremos em nosso convívio? E o que podemos fazer para que este convívio ainda que indireto, seja o mais humano e pacífico possível?

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damaceno de. **A Realidade Atual do Sistema Penitenciário Brasileiro**. Ano 2007. Disponível em: http://www.cjf.gov.br/revista/numero39/artigo09.pdf. Acesso em: 17 out 2018.

AZEVEDO, José Eduardo. **A penitenciária do Estado:** a preservação da ordem pública paulista. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, 1997. Disponível em: http://www.sap.sp.gov.br/common/museu/museu.php?pg=4. Acesso em 22 out 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva 2011.

BRASIL**. Lei 6938/81- Politica Nacional do Meio Ambiente (PNMA).** Diário Oficial da União. Brasília - 2014.

BUORO, Andréa Bueno. **A cabeça fraca: familiares de presos frente aos dilemas da percepção dos direitos humanos.** Revista USP, São Paulo (37), março/maio, 1998.

CAETANO, Eduardo Paixão**. Consciência Ambiental como instrumento de efetivação da dignidade humana no Sistema Prisional.** Manaus; 2017.

CAETANO, Eduardo Paixão. Objeção **da consciência ambiental no sistema prisional.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 147, abr 2016. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16768&revista_caderno=5>. Acesso em out 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**Cidadania nos Presídios.** Disponível em: WWW.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios. Acesso em 22 out 2018.

DIEGO, Fernando et. al. Sistema prisional: as divergências sobre sua verdadeira função. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 44-55, 2009. Disponível em: . Acesso em: 19 de out 2018. http://www.revistaliberdades.org.br/site/home/home.php

FERREIRA, Aline Silva; RABAGLIO, Aline Cristina P. **Contribuição ao estudo dos impactos ambientais:** uma reflexão a partir das unidades prisionais da nova alta paulista. Revista Científica ANAP Brasil, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Do original em francês: *Surveiller et punir.*

INFOPEN. Sistema Nacional de Informações Penitenciárias. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Junho/2016.** Secretaria Nacional de Segurança Pública, Junho/2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; IBGE, 2016.

INFOPEN. Sistema Nacional de Informações Penitenciárias. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**- **Dezembro de 2015**. Organização. Thandara Santos; colaboração Marlene Ines da Rosa. Brasília: Ministério da Justiça e segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

JUNIOR, Mauro Tarantini. **O Sistema Prisional Brasileiro 2003.** Disponível em: http://portal.estacio.br/media/1734/artigo-sistema-prisional-brasileiro-pseudonimo-mtjr-penal-1.pdf - Acesso em 03/11/18.

MARINHO, Cleide Roberta. **A valoração das circunstâncias judiciais na dosimetria da pena.** Revista Direito e Liberdade, 2007.

MAURÍCIO, Célia Regina N. **A privatização do sistema prisional**. Disponível em: HTTP://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/9/TDE-2011-05-11T14:04:10Z-10849/Publico/Celia%20Regina%20Nilander%20Mauricio.pdf. Acesso em 01 de Nov 2018.

OMS.Organização Mundial de Saúde. **Promoção de saúde**: glossário. Genebra, 1998

RIO GRANDE DO SUL. Consitituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:** Porto Alegre: Corag, 1989.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **O Direito Constitucional Ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado.** Revista do Advogado (AASP). Março 2009.

SANTIS, Bruno Morais. .**A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo**, 2010.
Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/145-HISTRIA
Acesso em:03 de out 2018.

SUSEPE. **Superintendência dos Serviços Penitenciários.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: www.susepe.rs.gov.br. Acesso em: 22 out 2018.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio-Ambiente: Paralelo dos Sistemas de Proteção Internacional.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

1 – De que forma você faz parte do sistema prisional:

( ) Detento ( ) Agente Penitenciário ( ) Técnico Superior Penitenciário ( ) Policial Militar ( ) Profissional de Saúde ( ) Profissional de Educação ( ) Outros: _____

2 – Há quanto tempo você integra o sistema penitenciário?

( ) Há mais de 10 anos ( ) Entre 7 e 10 anos ( ) Entre 4 e 7 anos ( ) Entre 1 e 4 anos ( ) Há menos de 1 ano

3 – O que é qualidade de vida para você? E como ela pode influenciar o meio em que você está inserido?

_____

_____

_____

_____

4 – Qual nota você atribui a qualidade de vida quando está inserido no sistema prisional?

( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima

5 – Você já participou, incentivou ou observou alguma prática prisional voltada a melhoria nas condições de vida dos indivíduos que fazem parte do sistema prisional? Descreva como foi a experiência.

_____

_____

_____

_____

6 – Você adota alguma prática em suas tarefas diárias com intuito de proporcionar melhorias a qualidade de vida dos indivíduos em geral? Poderia descrever?

_____

_____

_____

_____

7 – Qual (is) o (s) fator (es) que você descreveria como grandes influenciadores de má qualidade de vida dentro do sistema prisional?

( ) acúmulo de lixo

( ) superlotação da casa prisional

( ) serviço de saneamento e esgoto precários

( ) poucos recursos do Estado

( ) ambiente escuro e insalubre

( ) proliferação e transmissão de doenças infectocontagiosas

( ) proliferação de insetos e roedores transmissores de doenças

( ) pouca luminosidade

( ) alimentação escassa

( ) excesso de trabalho

( ) carência de gestão ambiental

( ) Outros: _____

8 – Existe alguma situação em seu ambiente ou rotina diária que você acredita que possa ser melhorada para contribuir com o meio ambiente? Poderia descrever?

_____

_____

_____

_____

9 – Caso fossem propostos mutirões, ações ou projetos com intuito de proporcionar um ambiente mais agradável, salubre e seguro, você participaria?

( ) Sim, pois _____

_____

( ) Não, pois _____

_____

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA !!

Acadêmica: Tailana Winck
Orientador: Prof. Dr Paulo Romeu Moreira Machado

Você já parou para refletir?

Que *tudo* que está a sua volta é influenciado diretamente pelos seus hábitos?

Sendo assim, os hábitos adotados dentro do sistema prisional afetam o meio ambiente ao seu redor, influenciam as relações entre os reeducandos, bem como com os familiares que desfrutam do convívio dentro do presídio em dias de visita.

Mas, por que cuidar do meio ambiente ?

O trabalho de educação socioambiental tem por objetivo promover uma reflexão junto à comunidade carcerária acerca das questões socioambientais, bem como motivá-los a participar dos debates e ações que visem refletir, discutir as condições ambientais, dentro e fora deste espaço.

O projeto objetiva ainda impactar os sentenciados para que os mesmos utilizem de ações ecológicas e façam o uso correto e consciente dos recursos naturais dentro do presídio, além de serem multiplicadores do conhecimento adquirido.

Portanto o cuidado com o meio ambiente **deve partir de todos**, ainda que pequenas ações individuais, que trarão transformações positivas à realidade do Presídio de Cruz Alta.

Então vamos ver como cada um pode ajudar a proporcionar melhorias ao ambiente prisional com ações no dia a dia ?

♻ Cada cela receberá um recipiente verde onde deverá colocar todo seu lixo orgânico (restos de alimentos, frutas, verduras, legumes) e um recipiente azul onde deverá descartar o lixo seco (garrafas, sacolas, plásticos).

Sendo que um reeducando passará diariamente para realizar a retirada do material.

Vigilantes do Meio Ambiente

Serão montados grupos de reeducandos voluntários que irão constantemente auxiliar os demais apenados na separação e coleta do lixo, e também organizarão periodicamente mutirões de limpeza no pátio II, onde com a ajuda de todos, funcionará uma biblioteca ao ar livre.

ESPAÇO VERDE

Com ajuda de todos, será disponibilizado um espaço para leitura ao ar livre no Pátio II. Poderá ser utilizada por todos os apenados que estiverem comprometidos com a manutenção, limpeza e organização do ambiente

Economize água em suas atividades do dia a dia ao escovar os dentes por exemplo, não deixe a torneira aberta.

Conte aos seus familiares o que você tem aprendido sobre a educação ambiental e incentive-os a também mudarem hábitos. Desafie-os a trazer <u>menos embalagens plásticas</u> e mais refis quando lhes trouxerem materiais

A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância.

[Gandhi]